



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**SUBSECRETARIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS**  
**PORTARIA Nº 352/2021 - SRH**

**O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto Federal nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item “6” alínea “m”, inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual nº 12.603 de 07 de abril de 1.995, da Portaria SEMARH nº071 de 10/05/2012 e do que consta o Processo nº **12292/2016 - 183, RESOLVE:**

**Art. 1º** - Outorgar, a **CELIO ROBERTO DA COSTA VIEIRA**, CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_, até **11 de novembro de 2027**, o uso das águas estaduais localizado na(s) propriedade(s) \_\_\_\_\_ no(s) município(s) de **Palmeiras de Goiás**, Estado de Goiás, conforme abaixo relacionado:

<b>Manancial</b>	<b>Córrego Pindaíba</b>
<b>Coordenadas Geográficas do ponto de Captação (Datum SIRGAS 2000)</b>	<b>LT: -16°48'2,016"/LG: -49°49'8,553"</b>
<b>Tipo de uso(Atividade)</b>	<b>Irrigação com captação em barragem</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Atender um pivô de 52,77 ha</b>
<b>Vazão Máxima Captada</b>	<b>69,80 l/s</b>
<b>Período de uso</b>	<b>903 horas/mês, de maio a outubro</b>
<b>Tipo de irrigação</b>	<b>Pivô Central</b>
<b>Características da Irrigação   Culturas Irrigadas</b>	<b>Soja, milho e feijão</b>
<b>Características da Irrigação   Área Irrigada</b>	<b>52,77 ha</b>
<b>Nr. portaria de outorga do barramento</b>	<b>484/2010</b>
<b>Nr. processo de outorga do barramento</b>	<b>307172007</b>
<b>Dados do Barramento   Volume Acumulado</b>	<b>84.652,80 m³</b>
<b>Dados do Barramento   Área inundada</b>	<b>36.258,40 m²</b>

**Parágrafo Único** - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão são de responsabilidade do usuário requerente/responsável(eis) técnico(s) e deverão ser executadas, com prazo final até **11 de novembro de 2024**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

**Art. 2º** - Fica o(s) outorgado(s) obrigado a:

**I.** Manter o uso em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;

**II.** Responder por todos os encargos relativos à execução dos serviços e obras necessários à efetivação do uso, inclusive para manutenção da qualidade da água conforme Portaria MS nº 2.914/2011 e Resolução CONAMA nº 357/2005, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério da SEMAD, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;

**III.** Obter as licenças ambientais, respeitadas as competências de cada órgão, para quaisquer tipos de obras, tais como escavação, terraplenagem, construção de estruturas e outros. A Portaria não autoriza a implantação ou funcionamento do empreendimento outorgado;

**IV.** Comprovar por meio de relatório fotográfico a instalação do equipamento de captação segundo as especificações técnicas do projeto. O relatório



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

SUBSECRETARIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS  
fotográfico deverá ser elaborado por profissional habilitado, acompanhado de ART;

**V.** Manter regularizada a vazão mínima Q95% a jusante da barragem portaria 484/2010-GAB, sem interrupções, através do sistema de descarga de fundo;

**VI.** Promover a conservação e recomposição das APP's em torno do barramento e nas nascentes dentro da propriedade, seguindo as diretrizes dispostas na Lei Federal nº 12.651/2012, Decreto Federal nº 7.830/2012 e 8.235/2014, Lei Estadual nº 18.104/2013, além das condicionantes impostas no licenciamento ambiental específico;

**Art. 3º - Apresentar ART do levantamento planialtimétrico da barragem portaria 484/2010-GAB feito por profissional habilitado constando as coordenadas geográficas do aterro, a área inundada, o volume acumulado, altura do aterro, o sistema de descarga de fundo, a cota instalada, e o manancial;**

**Art. 4º -** Instalar equipamento de medição de vazão ou hidrômetro e horímetro na tubulação da captação e enviar as leituras diárias da derivação para essa Superintendência. Os registros devem ser apresentados anualmente no respectivo processo de outorga, por meio de arquivo físico e digital (editável). O usuário deverá apresentar a leitura inicial e final do hidrômetro e do horímetro para cada mês (acompanhado de relatório fotográfico) bem como o volume mensal captado, de forma a comprovar que a vazão e o período de derivação não ultrapassam o limite outorgado. A instalação do equipamento deve se dar em no máximo 120 dias após a emissão desta Portaria. Para efeito de fiscalização o usuário deverá manter uma planilha com os dados no local da captação.

**Art. 5º -** Esta Portaria concede apenas a outorga para o direito de uso dos recursos hídricos, considerando a disponibilidade e o comprometimento hídrico do local. Não trata-se portanto de autorização para implantação ou funcionamento do empreendimento outorgado. A realização de quaisquer tipos de obras, tais como escavação, terraplenagem, construção de estruturas, desmatamentos e outros, somente poderão ser realizados após obtenção das licenças ambientais.

**Art. 6º -** A não observância ao estabelecido neste ato, implicará nas penalidades previstas em lei.

**Art. 7º -** Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

**I.** Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;

**II.** Na hipótese de infringência da legislação pertinente;

**III.** Da constatação de discrepâncias entre os projetos apresentados e os usos efetivamente implementados;

**IV.** Do descumprimento das especificações desta Portaria.

**Art. 8º -** Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

**Art. 9º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário e resguardadas as modificações de legislações posteriores.

**C U M P R A - S E .**

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL, em Goiânia, aos **11** dias do mês de **novembro** de **2021**.

Documento assinado digitalmente.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE**  
**E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**  
**SUBSECRETARIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS**

**MARCO JOSÉ MELO NEVES**  
Superintendente de Recursos Hídricos e Saneamento

